



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10624 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

OS EVENTOS FORMATIVOS DA UNDIME-SC PARA OS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO CATARINENSES (2010-2020)

Vânio Cesar Seemann - CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANATA CATARINA

OS EVENTOS FORMATIVOS DA UNDIME-SC PARA OS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO CATARINENSES (2010-2020)

A literatura no campo da Política Educacional tem evidenciado, sobretudo a partir dos anos 1980, significativas mudanças no tecido social impulsionadas pela globalização de matriz neoliberal. Estas mudanças contribuíram tanto para a reforma do Estado - que deslizou da concepção de “Estado de bem-estar social” para a concepção de “Estado avaliador”, sob os princípios da Nova Gestão Pública (NGP) e suas tecnologias de governança e *accountability* - como para a reforma educacional – sob a égide do gerencialismo, da performatividade e do contratualismo de origem empresarial e mercadológica. (ABRUCIO, 1997, AFONSO 2001, BALL, 2005, 2014, 2016, MAROY, 2013, MORGADO et al., 2015)

Neste cenário, no processo político mundial em que se inscrevem as políticas educacionais forjou-se uma “política educacional global” (VERGER, 2019) ou uma “agenda globalmente estruturada para a educação” (DALE, 2010) que vem borrando e ultrapassando as fronteiras nacionais, promovendo o “empréstimo de políticas” (BALL, 2014) para contextos multiescalares e articulando redes de políticas que aninham atores multifacetadas e mediações complexas, ambíguas e opacas (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016).

No cerne das políticas educacionais globais novos modos de regulação sobre os sistemas de ensino são operados por meio de um conjunto de medidas que articulam autonomia, descentralização, *accountability*, prestação de contas, responsabilização, parcerias público-privadas, esquemas de transferências condicionais, dentre outras. Desse modo, são produzidos princípios, diretrizes, ideias e evidências para balizar as decisões, criando um clima organizacional propício para a mobilidade e aprendizagem de políticas.

Nos contextos nacionais e subnacionais as políticas educacionais globais são (re)produzidas e (re)territorializadas, comumente, por meio de processos de bricolagem e hibridização. Consequentemente, as políticas educacionais estão sujeitadas aos complexos processos de interpretação e tradução dos atores de políticas, aceitações e resistências que, por sua vez, estão intimamente relacionadas às tradições e peculiaridades políticas, econômicas, culturais e educacionais locais. (BALL, 2016)

Neste sentido, como advogam Ball (2014), Ball, Maguire e Braun (2016) e Evangelista et al. (2019), eventos formativos para os profissionais da educação têm sido uma estratégia política de relevo para promover processos de disseminação, interpretação e tradução de políticas para colocá-las em ação. Sob este lume, para investigar os eventos formativos na educação contemporânea impõe-se o desafio de considerar nas análises os seus fluxos, relacionamentos, mediações, atores de políticas, concepções, ideias, valores e as relações de poder que se aninham no jogo político como condição seminal de compreender e explicar a realidade de forma crítica, orgânica e articulada.

Coadunando esses argumentos às experiências vividas na nossa trajetória acadêmica e profissional emergiu esta pesquisa em andamento no âmbito do curso de Doutorado em Educação, a partir da seguinte inquietação mobilizadora: Como são realizados os eventos formativos pela Undime-SC para os Dirigentes Municipais de Educação (DME) catarinenses? Até porque, na revisão sistemática realizada anteriormente, não encontramos nenhum estudo relacionado a esta temática, descortinando um lacuna no campo da Política Educacional no Brasil.

Esclarecemos que a Undime nacional foi criada em 1986. Congregando os DME e se espalhando aos 5.568 municípios brasileiros, configura-se na atualidade como um forte ator no jogo político. Como reza o estatuto social da entidade, no Art. 3º., um de seus objetivos específicos é “I - Contribuir para a formação do dirigente municipal de educação para que, no desempenho de suas funções, atue decisivamente para a melhoria da educação pública no município” (UNDIME, 2019). Portanto, a formação dos DME se configura como uma intencionalidade e uma ação estratégica. A Undime-SC, por sua vez, criada em 1987, congrega os DME dos 295 municípios catarinenses e alcançou no âmbito do estado de Santa Catarina também lugar de relevo no jogo político atinente ao campo educacional e segue a mesma lógica operativa da Undime nacional no que se refere à ênfase na formação dos DME sob sua jurisdição.

Com base na inquietação mobilizadora, o estudo de doutoramento tem como problemáticas: 1) Quais os discursos, interesses, concepções e relações de poder que estão em jogo na formação dos DME catarinenses promovida pela Undime-SC?; 2) Quem são os atores que participam da formação da Undime-SC para os DME catarinenses?; e 3) Quais as políticas educacionais em destaque na formação dos DME catarinenses realizada pela Undime-SC?

Com essas problemáticas em tela o objetivo geral é investigar os discursos, atores,

disputas e políticas privilegiadas pela Undime-SC na formação dos DME catarinenses. Para lograr esse intento, foram definidos como objetivos específicos: 1) Analisar as ideias, interesses, concepções, visões e lutas de poder aninhadas no jogo político em torno da formação dos DME catarinenses realizada pela Undime-SC; 2) Desvelar os atores que influenciam e participam da política de formação da Undime-SC para os DME; e 3) Auditar as políticas educacionais privilegiadas pela Undime-SC na formação dos DME catarinenses.

A epistemologia do estudo se assenta nas categorias centrais da “Nova Gestão Pública (NGP)”, com foco no conceitos-chaves sobre o Estado, neoliberalismo, reforma do Estado, reforma da educação e gerencialismo (ABRUCIO, 1997, AFONSO, 2001, BALL, 2014, DALE 2010, MAROY, 2013 e VERGER, 2019), do “*Policy Cycle Approach*”, com foco nos conceitos-chave sobre o processo político e o contextos políticos (BOWE; BALL; GOLD, 1992, BALL, 1994, 2016) e 3) e na “*Policy Enactment*”, com foco no conceitos-chaves sobre interpretação e tradução de políticas, atores de políticas e dimensões contextuais das políticas (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016).

Com abordagem “qualitativa” (MINAYO, 2003, GÜNTHER, 2006, VERGER, 2019), adotamos como procedimento metodológico a “pesquisa documental” (CELLARD, 2008, OLIVEIRA, 2007) do tipo “compreensivo” (MAINARDES; TELLO, 2016). As fontes foram categorizados em dois domínios: 1) Domínio Geral, reunindo leis, decretos, resoluções, editais, portarias, programas, relatórios e outros documentos nacionais e internacionais afetos ao objeto de estudo formulados pelo Estado e outros atores de política; e 2) Domínio específico, reunindo estatutos, regimentos, relatórios, *banners*, *cards*, folders, atas de reunião e outros documentos disponíveis nas páginas do Facebook e do Instagram da Undime-SC, exclusivamente produzidos pela entidade.

Nas análises dos documentos estão sendo priorizadas as seguintes propriedades: autor(es) dos textos, intérpretes previstos, agenda temática, modo retórico, tipo de atividade delineada, representação discursiva, pressuposições e a coesão textual, em alinhamento com os argumentos de Ball, Maguire e Braun (2016) e Fairclough, (2001).

O lugar da pesquisa são os eventos formativos da Undime-SC para os DME catarinenses, tendo como foco a Undime-SC. O recorte temporal se inscreve no tempo presente, no período de 2010-2020.

Este artigo trata do recorte referente aos eventos formativos propriamente ditos. Considerando o mapeamento da empiria e as análises preliminares, os resultados parciais demonstraram que no período em análise, a Undime-SC promoveu 43 eventos formativos, por meio dos “Fóruns Ordinários”, “Fóruns Extraordinários” e “Reuniões Ordinárias”, considerados os lócus por excelência de formação dos DME, nos termos do seu Estatuto Social (UNDIME-SC, 2017).

Na execução destes eventos foram envolvidos 154 *experts* com as seguintes origens: a) funcionários e gestores públicos (82; 53,25%); b) professores e pesquisadores

universitários (37; 24,03%); c) profissionais do setor empresarial e terceiro setor (32; 20,80%); d) profissional de organização internacional (1; 0,64%). Não foi possível identificar a origem de 2 profissionais, o que representa 1,28% da população-alvo.

Os níveis de formação acadêmica dos *experts* são variáveis. Predomina a formação no nível de Doutorado (59; 30,20%). Em seguida temos a formação no nível de Mestrado (40; 5,60%), Especialização (32; 20,48%), Graduação (14; 8,96%) e MBA (1; 0,64%). Não foi possível identificar a formação acadêmica de 8 *experts*, o que representa 5,12% do universo estatístico.

Aspecto revelador é o fato de que a Undime-SC se articulou para a formação dos DME catarinenses por meio de uma complexa rede de governança. Instituído uma comunidade de políticas, englobou *experts* que, comumente, compartilham concepções e ideias sobre os problemas sociais e educacionais e suas correspondentes soluções com a propósito de alavancar inovações no campo da educação básica, ainda que em alguns casos, seja observável os distanciamentos, contradições e estranhamentos entre os *experts*. Desse modo, foi possível inferirmos que nesta rede se moveram e se interconectaram políticas e na tessitura de seus fios aninharam-se a importação e recontextualização de novos modos de governação, interferindo diretamente na reconfiguração do Estado de diferentes modos, pontos de partida e velocidades.

Além disso, é emblemática a percepção de que os eventos formativos se traduziram no contexto da prática como um lócus privilegiado de atuação de atores de políticas ligados ao Ministério da Educação (MEC), alcançando grande capilaridade na disseminação e convencimento em torno de seus programas e projetos educacionais, e atores ligados ao setor do *edubusiness*, criando um terreno fértil para a visibilidade e venda de seus pacotes e soluções educacionais. Não obstante, a participação de atores de políticas ligados às academias, institutos de pesquisa e organização internacional culminam numa estratégia que, em última análise, colaborou decisivamente para legitimar concepções, ideias, valores, alternativas e decisões, sob a pretensa cientificidade, em torno da reforma educacional em curso nos sistemas municipais de ensino catarinenses.

Desse modo, os eventos formativos, por meios da atuação dos *experts*, mobilizaram relações sociais nas quais ideias e concepções foram compartilhadas, importadas e movidas. Histórias e *cases* de sucesso foram (re)contadas, oportunidades de negócios educacionais foram celebradas, novas formas de participação e colaboração política foram reificadas, bem como, modos de angariar financiamento foram (re)criados. Assim, aproximaram-se as pessoas que não são necessariamente próximas e geraram-se aparentes benefícios práticos, financeiros e emocionais que criaram um clima organizacional favorável para a adesão e engajamento às políticas educacionais. Ademais, foi possível constatar que novas carreiras de atores de políticas foram instituídas nesta rede, estabelecendo autoridades: a autoridade de quem pode falar, onde falar, sobre o que falar, para quem falar e o sobre o que fazer no jogo político na luta por hegemonia. Por derivação, estas autoridades na sua atuação promoveram

silenciamentos e invisibilidades daqueles que divergem ou se contrapõem na intencionalidade de promover consensos e a aceitação dos profissionais da educação envolvidos com as políticas educacionais e suas correspondentes concepções, ideias, interesses e valores.

O mapeamento das temáticas e sub-temáticas e as análises preliminares revelaram o privilegiamento de políticas de ensino e aprendizagem, políticas de gestão, políticas de infraestrutura e políticas de financiamento. Além disso, foi possível desvelar a recorrência dos seguintes princípios subjacentes à agenda temática: a) municipalização do ensino; b) regime de colaboração entre os entes federativos; c) gestão democrática; d) direito à educação; e) educação de qualidade; e f) inovação.

As conclusões até o atual estágio da pesquisa evidenciaram que a rede de políticas atinente à formação da Undime-SC para os DME é um meio e um fim em sistemática expansão e que interconecta e interrelaciona *experts* como consultores externos, empresas do mercado educacional, fundações, institutos, universidades, organizações internacionais e gestores públicos com papéis específicos no esforço de promover consensos, aceitação e engajamento dos DME com as políticas educacionais defendidas.

Nas atividades desenvolvidas no bojo dos eventos formativos circularam discursos, narrativas e artefatos de políticas que desvelam complexos processos de interpretação e tradução de políticas multiescalares para os contextos municipais. Desse modo, alicerçaram relações sociais, interações e mediações complexas que são unidas por princípios, temáticas e sub-temáticas que culminaram num esforço intencional de convencimento em torno dos princípios e tecnologias da Nova Gestão Pública (NGP), focalizando especialmente na eficiência e eficácia da gestão da educação, na centralidade da aprendizagem e do empreendedorismo nos processos pedagógicos e na redefinição do papel político do Estado - por meio do repovoamento do controle estatal e institucional - sob a insígnia da lógica empresarial e da filantropia, metamorfoseando as subjetividades e profissionalidades dos DME em gerentes do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Undime-SC. Dirigentes Municipais de Educação (DME). Formação. Políticas Educacionais.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente.** Brasília: Enap, 1997.

AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 75, p. 15-30, ago. 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26357074_Reforma_do_estado_e_politicas_educacio. Acesso: 20 abr. 2022.

BALL, Stephen J. **Education reform. A critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

_____. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/447/452>. Acesso: 18 abr. 2022.

_____. **Educação global** S.A. Novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

_____. *Following policy: networks, network ethnography and education policy mobilities*. **Journal of Education Policy**, Londres, p. 1-18, fev. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/290471501_Following_policy_networks_network_etl. Acesso: 10 mar. 2022.

_____.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Anette. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BOWE, Richard.; BALL, Stephen. J.; GOLD, Anne. **Reforming education & changing schools: case studies um policy sociology**. Londres: Routledge, 1982.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

DALE, Roger. A sociologia da educação e o Estado após a globalização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1099-1120, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/J46YWTNSF73jLJqJnLPRL4H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 20 abr. 2022.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.

EVANGELISTA, Olinda. et. al. **Desventuras dos professores na formação para o capital**. Campinas: Mercado das Letras, 2019.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa *versus* pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 201-210, maio/ago. 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/250046440_Pesquisa_qualitativa_versus_pesquisa_qi. Acesso: 12 mar. 2022.

- MAINARDES, Jefferson; TELLO, César. A Pesquisa no Campo da Política Educacional: Explorando Diferentes Níveis de Abordagem e Abstração. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 24, n. 75, p. 1-14, jul. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2750/275043450075.pdf>. Acesso: 26 abr. 2022.
- MAROY, Christian. Estado avaliador, *accountability* e confiança na instituição escolar. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 2, n. 2, p. 319-338, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/24780/13785>. Acesso: 21 abr. 2022.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MORGADO, José Carlos. et al. (orgs.). **Currículo, internacionalização, cosmopolitismo**. Desafios contemporâneos em contextos luso-afro-brasileiros. Santo Tirso: De facto Editores. 2015.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- UNDIME. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. **Estatuto Social**. 2019. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/estatuto>. Acesso: 12 mar. 2022.
- UNDIME-SC. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Seccional Santa Catarina. **Estatuto Social**. 2017. Disponível em: <https://undime.org.br/wp-content/uploads/2017/05/ESTATUTO-2017.pdf>. Acesso: 21 abr. 2022.
- VERGER, Antoni. A política educacional global: conceitos e marcos teóricos chave. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 9-33, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/12987/209209210544>. Acesso: 12 abr. 2022.